



Professores prometem grande manifestação quarta-feira: cobram do governo a contratação dos aprovados nos concursos públicos de 2003

Faltam salas de aula para educação infantil

Rafania Almeida

A Secretaria de Educação (SE) começará os preparativos para o início das aulas na rede pública. Mas a nova secretária, Maria Helena Magalhães, afirmou que não será possível atender a demanda da educação infantil, de 4 e 5 anos, por falta de verba e estrutura. Dados da Secretaria apontam que 6 mil crianças dessa faixa etária não foram atendidas na gestão passada. Professores concursados de 2003 deverão ser contratados até o dia 31, prazo final para a convocação.

– Recebemos uma herança maldita. Sem dinheiro e com o Governo do Distrito Federal quebrado, em uma situação preocupante. Não dá para atender todas essas crianças agora, mas nós precisamos ter propostas ao governo – avaliou a secretária.

O projeto do novo governo é, segundo Maria Helena, trabalhar a qualidade e excelência na escola pública.

– O DF é a unidade da federação que tem os melhores indicadores na área de educação, mas eles não são tão melhores que a média brasileira. Temos condições, mas para isso precisamos de gestão na escola, monitoramento, avaliação externa, acompanhamento do rendimento do aluno e incentivos à carreira que ainda vamos implantar – analisou.

Para Maria Helena, a gestão anterior da Secretaria ignorou a expansão da matrícula infantil tendo em vista o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Em sua gestão, ela conta com o repasse de verbas

do governo federal para ampliar o número de vagas.

A secretaria disse ainda que a primeira questão a ser解决ada é a dos professores, garantindo funcionários para todas as salas de aula. Porém, avaliou que apenas a partir do dia 20, quando se encerram as matrículas, o quantitativo de alunos permitirá avaliar o número de convocações.

Maria Helena considerou que o número de contratos temporários é alto, assim como o de professores em licença para tratamento de saúde.

– Queremos reduzir esse número, mas temos de garantir a escola funcionando. Toda Secretaria de Educação tem de

tações dos professores.

– Queremos o plano de saúde aprovado, mas não implementado, o programa de habitação e a reestruturação do plano de carreira. Acreditamos que o momento oportuno para se fazer reforma é agora, antes do início do ano letivo – analisou o coordenador.

Coelho disse que os 4 mil profissionais de educação que retornarão à secretaria estão alocados em diversos órgãos do GDF e no Entorno. Para ele, os professores preferem trabalhar em outras áreas, pois a carga horária é excessiva e a remuneração pelo trabalho no ensino público é muito inferior.

– Dos profissionais de nível superior, somos os que menos recebemos pelos serviços prestados. Muitos professores viraram assessores parlamentares na Câmara Legislativa, com salários visivelmente superiores. Em municípios goianos como Novo Gama e Cidade Ocidental temos concursados pela secretaria convocados para serem secretários de Educação das prefeituras – afirmou.

De acordo com Coelho, os professores da rede pública chegam a trabalhar até 60 horas semanais, sendo 80% em sala de aula e 20% em coordenação pedagógica. Ele responsabiliza a jornada estafante como principal motivo de licença de saúde dos professores e maior contratação de temporários.

– É a categoria que mais adoece no DF devido ao excesso de trabalho. São raras as escolas que não tenham um universo considerável de professores em depressão – disse.

Secretaria de Educação diz que antecessora ignorou a expansão da matrícula infantil

ter um quadro de professores temporários para cobrir gravidez, tratamento de saúde ou outro evento. Faremos também uma avaliação dos professores que estão em tratamento, acho alto o número desses contratos – considerou.

O coordenador de assuntos jurídicos do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro/DF), José Antônio Coelho, afirmou que a Secretaria receberá apoio da categoria se os mais de 2 mil concursados de 2003 e 2005 forem convocados. Contudo, ressaltou que os acordos não cumpridos pela gestão anterior serão cobrados do novo governo. Segundo Coelho, dia 10 será marcado por manifesta-